



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ANEXO I-A ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: O presente documento apresenta a necessidade da seleção de empresas especializadas para composição do quadro geral de registro de preços para eventuais aquisições de equipamentos eletroeletrônicos e materiais de informática para atender as necessidades da secretaria administrativa.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, com o objetivo de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população, identifica a necessidade de realizar a seleção de empresas especializadas para compor o Quadro Geral de Registro de Preços, destinado à aquisição futura e eventual de equipamentos eletroeletrônicos, equipamentos e materiais de informática. Esses itens são essenciais para o funcionamento adequado das atividades administrativas e operacionais dos diversos setores da Administração Pública Municipal, incluindo secretarias, escolas, unidades de saúde, centros de atendimento e demais repartições públicas. A constante atualização e manutenção dos recursos tecnológicos e dos equipamentos de uso cotidiano são fundamentais para assegurar maior produtividade, agilidade, segurança da informação, conforto e qualidade no atendimento ao cidadão.

Portanto, levando em conta os fatores anteriormente mencionados, a realização de um estudo aprofundado sobre processo de contratação torna-se uma demanda essencial, sobre a perspectiva do interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2025 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Fundamentação: Descrição dos Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução

De acordo com o inciso III do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a escolha de soluções para a execução de contratos administrativos deve ser fundamentada, detalhando os requisitos necessários e suficientes para a seleção da proposta mais vantajosa. Neste contexto, o objeto da licitação em questão, necessita-se de empresas devidamente regularizadas sem pendências com a administração pública e com a justiça, possuindo capacidade técnica e logística para a venda e entrega dos produtos pretendidos.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Capacidade Técnica

Para participar da seleção e compor o Quadro Geral de Registro de Preços, as empresas interessadas deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

Estar com a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e capacidade técnica para atender plenamente a demanda objeto dessa licitação.

Capacidade Operacional e Logística:

- Demonstração de capacidade de entrega dos produtos no prazo estabelecido, mediante estrutura logística compatível com as necessidades do Município.
- Comprometimento com a substituição de itens defeituosos ou em desconformidade, dentro dos prazos acordados.
- Garantia mínima exigida para os produtos fornecidos, conforme legislação vigente e normas técnicas.

Outros Requisitos:

- Declaração de que a empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública.
- Compromisso de cumprimento das condições previstas no edital e seus anexos.
- Aceitação das condições previstas no Sistema de Registro de Preços, inclusive quanto à validade da ata e possibilidade de fornecimento conforme demanda.

Compromisso com os interesses da administração pública

O recebimento de diversas propostas é consonante com a característica de demanda paralela e não excludente proveniente da necessidade e vantajosidade para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a administração pública, ao planejar contratações, deve realizar uma estimativa cuidadosa das quantidades a serem contratadas. Esta estimativa deve ser acompanhada de memórias de cálculo e de documentos que lhe confirmam suporte, considerando as interdependências com outras contratações para possibilitar economias de escala.

As estimativas estão evidenciadas em anexo e foram calculadas com base no número de aparelhos eletrônicos presentes em toda administração, com a contagem de aparelhos reservas caso defeitos e os que já necessitam de troca. Além disso, a aquisição de alguns aparelhos novos para adequar a realidade ao município com suas necessidades de evolução e equiparação tecnológica.

Esta abordagem estratégica não apenas assegura o atendimento das necessidades da administração pública de maneira eficaz e eficiente, mas também promove a utilização ótima dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Os quantitativos estabelecidos acima foram calculados com base nos exercícios anteriores 2022, 2023 e 2024, além de considerar o calendário 2025 de eventos do município.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme estabelecido pelo inciso V do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento para contratações públicas deve incluir um levantamento de mercado detalhado. Este



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



levantamento visa analisar as alternativas disponíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica robusta para a escolha do tipo de solução a ser contratada.

Com o objetivo de subsidiar a elaboração do Termo de Referência e assegurar a adequada instrução do processo administrativo, a Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG realizou levantamento de mercado referente à aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos e materiais de informática.

A pesquisa de preços e condições comerciais foi conduzida por meio de consultas a empresas especializadas, com atuação comprovada no fornecimento de bens compatíveis com o objeto pretendido. Também foram utilizadas como fontes de informação bases de dados públicas, como o PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL e plataformas oficiais de compras públicas, além de catálogos eletrônicos e portais de comércio institucional.

O levantamento permitiu constatar a ampla disponibilidade dos itens no mercado nacional, bem como a existência de diferentes marcas, modelos e especificações técnicas. Foi observada variação nas condições de fornecimento, como prazos de entrega, garantias, formas de pagamento, políticas de assistência técnica e suporte pós-venda, aspectos que deverão ser considerados na definição dos critérios de julgamento e nas exigências contratuais.

Concluiu-se que há fornecedores suficientes e tecnicamente aptos a atender às demandas da Administração Pública Municipal, sendo viável a adoção do Sistema de Registro de Preços para a contratação futura e eventual dos itens. Tal medida permitirá maior planejamento, agilidade e economicidade nas aquisições, garantindo à Prefeitura a possibilidade de atender, com eficiência e regularidade, às necessidades dos seus diversos setores.

O levantamento de mercado, seguido de uma justificativa técnica e econômica criteriosa, é fundamental para assegurar que a escolha do tipo de solução a contratar esteja alinhada com as melhores práticas, promova a eficiência da gestão pública e resulte na alocação otimizada dos recursos disponíveis. Esta abordagem, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garante a transparência, a competitividade e a obtenção do valor mais vantajoso para a administração pública.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Pesquisa de mercado realizada nos termos do art.23, IV da lei federal 14.133/2021, com cotação direta com no mínimo 03 fornecedores, cotação segue em anexo a este estudo, com demonstrativo dos valores unitários e totais de todos os itens correspondentes.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em observância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta fundamentação detalha a solução contratada em sua totalidade, abrangendo não apenas as especificações técnicas e funcionais dos itens mas também as obrigações relacionadas à manutenção e assistência técnica necessárias para garantir a continuidade e a eficácia da solução ao longo do tempo.

A presente solução visa estabelecer as condições para a contratação futura e eventual de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos eletroeletrônicos, equipamentos e materiais de informática, por meio da formação de um Quadro Geral de Registro de Preços. Essa medida tem como objetivo atender, de forma contínua, ágil e eficiente, às necessidades operacionais, administrativas e institucionais da Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG e seus órgãos vinculados.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



A implementação da solução proposta permitirá que a Administração Pública disponha de um instrumento legal e administrativo que viabilize a aquisição dos bens de forma planejada, conforme a demanda real de cada setor. O registro de preços, como modelo de contratação, confere maior flexibilidade ao poder público, possibilitando o atendimento de situações rotineiras ou emergenciais, sem a necessidade de abertura de novos processos licitatórios para cada aquisição.

Os itens a serem contratados englobam uma variedade de equipamentos essenciais ao funcionamento das atividades públicas, tais como computadores, notebooks, impressoras, estabilizadores, projetores, monitores, switches, periféricos e demais materiais correlatos. Esses bens são indispensáveis para garantir a modernização, a eficiência dos serviços públicos, a melhoria do ambiente de trabalho dos servidores e a qualidade do atendimento prestado à população.

A solução está alinhada aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, previstos na legislação vigente. Além disso, busca promover a padronização de itens, o controle de gastos públicos e a racionalização dos processos de aquisição, contribuindo para uma gestão pública mais transparente e eficaz.

Esta descrição integral evidenciam o comprometimento do Município com a contratação de uma solução que não apenas atenda às suas necessidades imediatas mas também garanta sua eficácia e eficiência a longo prazo, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

O objeto a ser contratado é passível de divisão por lotes, sendo, portanto atendimento os preceitos do art.40 da lei federal 14.133/2021.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em conformidade com o inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, este documento delinea os resultados que se pretende alcançar através da contratação proposta, destacando a busca pela economicidade e pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Adicionalmente, estabelece-se como meta a promoção da efetividade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Com a contratação pretendida por meio do Sistema de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG busca alcançar resultados concretos que contribuam diretamente para a melhoria da gestão pública e da prestação dos serviços à população. Espera-se, em primeiro lugar, atender de forma ágil e eficiente às demandas administrativas e operacionais dos diversos setores do município, garantindo a disponibilidade de equipamentos e materiais indispensáveis ao funcionamento das atividades institucionais. A aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e materiais de informática permitirá a modernização da infraestrutura existente, assegurando melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência no desempenho de suas funções.

Além disso, a padronização dos itens adquiridos, com base em critérios técnicos e especificações mínimas de qualidade, contribuirá para o controle patrimonial, a redução de custos com manutenção e a uniformização dos recursos disponíveis nos diferentes setores da Administração. Outro resultado esperado é a racionalização dos processos de compra, reduzindo a necessidade de abertura de múltiplos processos licitatórios para aquisições pontuais e proporcionando maior economia de tempo, esforço administrativo e recursos financeiros.

Por meio dessa estratégia de contratação, espera-se também obter melhores condições comerciais em razão da competitividade do processo licitatório e do planejamento prévio das demandas, promovendo o uso



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



racional e eficiente do orçamento público. Em última instância, todos esses fatores devem resultar na ampliação da capacidade de atendimento ao cidadão, com serviços mais rápidos, eficientes e de maior qualidade, reafirmando o compromisso da gestão com a transparência, a eficiência e o bem-estar da população.

A contratação proposta está desenhada para não apenas melhorar a gestão dos recursos municipais de forma imediata, mas também para contribuir para objetivos de maior alcance, como a efetividade administrativa e o desenvolvimento sustentável. A busca pela economicidade se harmoniza com a promoção do bem-estar dos servidores, a inovação tecnológica e a sustentabilidade ambiental, assegurando que os resultados pretendidos reforcem o compromisso do município com a eficiência, a equidade e a responsabilidade social e ambiental.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Nos termos do art.18, inciso X da Lei 14.133/2021, não existe providências prévias para assinatura do contrato correspondente a essa contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Em observância ao inciso XI do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, cumpre-nos informar que, após uma análise detalhada do escopo e das necessidades específicas da contratação em questão, concluiu-se que não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a serem consideradas. Esta decisão baseia-se na avaliação de que a natureza e os requisitos dos bens contratados são autossuficientes e não requerem a execução conjunta ou a dependência de outros contratos ou serviços externos para a sua efetiva implementação e funcionamento. Assim, este processo de contratação mantém-se focado exclusivamente no objeto principal, garantindo clareza e eficiência na gestão e execução do mesmo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Após uma minuciosa análise e avaliação conduzida no contexto da presente contratação, conforme orienta o inciso XII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes questões: a aquisição de equipamentos eletroeletrônicos e materiais de informática, embora essencial para o funcionamento da Administração Pública, envolve impactos ambientais que devem ser considerados desde o planejamento da contratação. Esses produtos, em sua maioria, são compostos por materiais de difícil decomposição, como plásticos, metais pesados, vidros e componentes eletrônicos que, quando descartados de forma inadequada, podem contaminar o solo, a água e o ar, gerando riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Além disso, a fabricação e o transporte desses itens estão associados à emissão de gases de efeito estufa e ao consumo significativo de recursos naturais, como energia e água, contribuindo para o aumento da pegada ambiental da atividade pública. Por esse motivo, torna-se fundamental que a Administração adote práticas sustentáveis durante o processo de aquisição, priorizando, sempre que possível, produtos com maior eficiência energética (como os classificados com selo Procel ou Energy Star), maior durabilidade, possibilidade de manutenção e reaproveitamento, além da garantia de descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil.

É igualmente importante que os fornecedores contratados se comprometam com o cumprimento das normas ambientais vigentes, observando procedimentos de logística reversa e oferecendo suporte técnico para o descarte consciente de equipamentos obsoletos ou inservíveis. A gestão sustentável dos bens adquiridos contribui não apenas para a preservação do meio ambiente, mas também para a construção de



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



uma cultura institucional mais responsável e alinhada aos princípios da administração pública moderna e eficiente.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante do exposto, a aquisição dos bens pretendidos, mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação.

São Geraldo/MG, 21 de agosto de 2025.

Daniela de Freitas Meireles
Chefe de Aquisições Públicas